

# Prefácio

## JOHANNES VERLAG

Muitos cristãos têm consciência da necessidade e da beleza da oração contemplativa, e anseiam por ela de um modo sincero. No entanto, deixando de lado aquelas tentativas superficiais logo abandonadas, poucos permanecem fiéis a esse tipo de oração, e um número ainda menor está convencido e satisfeito com sua própria prática contemplativa. Encontramos, na Igreja, uma atmosfera de desânimo e pusilanimidade envolvendo a contemplação. Nós até gostaríamos de realizá-la, mas simplesmente não conseguimos. O momento de contemplação a que nos propomos transcorre em meio à dispersão e distração, e, uma vez que não produz nenhum fruto visível, preferimos abandoná-lo mais uma vez. Eventualmente, podemos nos apegar a um livro de “meditações”, que nos mostra sobre o que deveríamos meditar. Mas olhar alguém que faz uma refeição não nos deixa saciados. O que fazemos, ao ler suas “meditações”, é uma “leitura espiritual”, mas não uma oração contemplativa. Vemos de que forma uma outra pessoa encontrou a Palavra de Deus e tiramos algum proveito disso, mas aquele foi o seu encontro e não o nosso – nós mesmos não fizemos encontro algum. Muitas vezes por comodidade, o que poderia ser evitado. Muitas vezes por um medo que nos tira a confiança nos nossos próprios passos.

É aqui que esta obra gostaria de dar a sua contribuição. Ela não oferece meditações já realizadas, mas pontos a serem meditados, especialmente sobre trechos do Novo Testamento. Esses pontos são redigidos de um modo tal que ofereçam, em algum momento, simples estímulos e possíveis perspectivas para a contemplação pessoal. São pontos tão concisos e lacônicos que não servem sequer como comentário das Escrituras, ou como leitura espiritual, mas tão somente para aquele objetivo mencionado. A intenção é justamente torná-los supérfluos: onde quer que o contemplativo consiga se livrar dessas muletas, onde quer que lhe cresçam as próprias asas, o texto deve ser abandonado sem arrependimentos.

Para colocar o contemplativo tão imediatamente diante desses novos instrumentos, são propostos vários livros introdutórios, que dão diversos esclarecimentos sobre a essência e a forma da contemplação das Escrituras. Trataremos, aqui, da profundidade e esplendor dessa forma de oração a partir de uma visão global da revelação cristã, que nela desperta alegria, para que a noção de sua necessidade indispensável seja fortalecida na vida cristã como um todo, e em especial nos dias de hoje. Quem quer que tenha penetrado ao menos uma vez no encontro radiante com a Palavra de Deus permanece seu prisioneiro; passa a saber, por experiência própria, que essa Palavra não apenas proporciona um conhecimento sobre Deus, mas – oculta sob a roupagem da letra – possui características propriamente divinas: ela revela em si a infinitude e a verdade de Deus, e Sua majestade e amor de um modo avassalador. Sua epifania deixa de joelhos aquele que a escuta. A pessoa achava que se tratava de uma palavra que ela poderia compreender e analisar, como em outros grandes e profundos relatos da humanidade; porém, uma vez dentro da esfera do poder de Deus, é a própria pessoa que é compreendida e julgada. Ela quer chegar a Jesus para vê-Lo (“Vem e vê!”), e terá de experimentar, sob o Seu olhar, que há muito tempo já foi vista, observada e julgada, além de acolhida na Sua graça, de modo que nada lhe resta a fazer, senão cair por terra e adorar a Palavra: “Mestre, tu és o Filho de Deus, o Rei de Israel”. Essa sujeição, porém, se torna o ponto de partida para aquilo que estava apenas começando: “Verás coisas maiores do que esta (...). Vereis o céu aberto e os anjos subindo e descendo sobre o Filho do Homem” (Jo 1,46-51).

Na Palavra da Escritura começam os degraus celestiais da contemplação, e nenhum dos degraus conduz para além da escuta da Palavra. Assim como, ao contemplar, jamais deixamos para trás a humanidade do Senhor, assim também não o fazemos com a Palavra em sua forma humana. Na humanidade encontramos a Deus; na esfera dos sentidos, o Espírito.

PRIMEIRA PARTE

O ATO DA CONTEMPLAÇÃO



## 1. A NECESSIDADE DA CONTEMPLAÇÃO



A maioria dos cristãos está convencida de que a oração é mais do que um ato exterior realizado por pura obrigação, em que se dizem certas coisas a Deus – coisas que Ele, definitivamente, já sabe; uma espécie de audiência diária com o Soberano, que recebe toda manhã e toda noite os atos de vassalagem dos Seus servos. E ainda que para muitos cristãos a oração permaneça, dolorida e desgostosamente, sempre nesse nível tão raso, eles sabem, todavia, que ela deve ser mais do que isso. Nesse terreno deve haver um tesouro escondido e para chegar até ele bastaria me pôr a cavar. Nessa semente estaria a força que levaria a uma poderosa árvore, cheia de flores e frutos, se eu simplesmente me dispusesse a plantá-la e cercá-la dos cuidados necessários. Nessa obrigação árdua e amarga estaria a vida mais doce e livre, desde que eu quisesse a ela me abrir e entregar. Os cristãos sabem disso, ou ao menos vislumbram essa realidade, a partir de certas experiências feitas algum dia, mas jamais ousaram ir mais adiante nessas trilhas sedutoras que levam à terra das promessas; as aves do céu levaram embora as sementes da Palavra plantada, os espinhos do dia a dia a sufocaram; em sua alma resta apenas um vago desgosto. E quando, em certos momentos da vida, dão-se conta da necessidade mais aguda de uma relação com Deus que vá além de uma

interminável repetição de fórmulas, sentem-se, então, incapazes disso. É como se devessem falar em uma língua cujas leis não tiveram o cuidado de aprender; em vez de uma conversa fluente, o máximo que conseguem é o balbuciar de alguns fragmentos do idioma celeste, e se percebem como alguém que está em uma terra estrangeira sem domínio algum do idioma local, quase como se houvessem voltado à desamparada condição de uma criança a balbuciar, que procura dizer algo, mas não consegue.

Esse exemplo, porém, pode ser mal interpretado, pois com Deus não se “bate um papo”. Mas a imagem pode ser usada em dois aspectos: em primeiro lugar, porque a oração é um diálogo entre Deus e a alma, e, além disso, porque nesse diálogo é usada uma determinada linguagem, que é a linguagem de Deus. A oração é um diálogo, e não um monólogo do homem diante de Deus. Com efeito, não há nenhum tipo de discurso solitário que perdure; falar pressupõe reciprocidade, um intercâmbio de ideias e almas, uma união de espírito na Verdade possuída e compartilhada em comunhão. O ato de falar exige um “eu” e um “tu”; ele consiste na revelação recíproca de um para o outro. E na oração não fala o homem, por acaso, a um Deus que se lhe revelou há muito tempo atrás de um modo tão poderoso e abrangente que não pode ficar restrito ao passado, mas continua sempre ressoando através de todos os tempos, como algo presente? Quanto mais retamente um homem aprende a rezar, mais profundamente ele experimenta que todo o seu balbuciar a Deus não passa de uma resposta à palavra que Deus lhe dirigiu, o que leva, então, ao segundo aspecto: que só pode haver algum tipo de entendimento entre Deus e o homem na linguagem de Deus. Foi Ele quem iniciou o diálogo, e apenas porque se “externou”, pode o homem n’Ele se “interiorizar”. Pensemos de modo mais simples: o Pai-Nosso, com que nos dirigimos a Ele, não é, justamente, sua própria palavra? Não foi o Filho de Deus, que é o próprio Deus e Sua Palavra, quem nos ensinou essas palavras? Poderia algum homem jamais inventar tal linguagem por si só? A expressão “Ave, Maria!” não saiu da boca do anjo, ou seja, não é igualmente uma linguagem celestial? E o que Isabel acrescentou, “cheia do Espírito”, não é uma resposta ao primeiro encontro com o Deus que se fez carne? O que poderíamos dizer a Deus se Ele próprio não tivesse se comunicado e mostrado, de modo que, tendo acesso a Ele, pudésse-

mos com Ele nos relacionar, olhar em Seu interior e entrar no íntimo da Verdade eterna, e, diante dessa luz vinda de Deus, que nos inunda, tornar-nos luminosos e transparentes em Sua Presença?

De repente, então, nos deparamos com algo elementar: a oração é um diálogo em que a Palavra de Deus tem a iniciativa e onde, antes de tudo, não podemos ser nada além de ouvintes. E aqui temos o fator decisivo: nós recebemos Sua Palavra e nela encontramos a resposta adequada. Sua Palavra é a Verdade, que se abre para nós. Pois no homem não há nenhuma verdade última e inquestionável; ele sabe disso, e olha para Deus em uma postura interrogativa que ao mesmo tempo o deixa desnudo diante d'Ele. A Palavra de Deus é o Seu convite para permanecermos juntos na Verdade. É uma escada de corda lançada do alto da balastrada para que nós, náufragos, possamos subir a bordo do navio salvador. É o tapete que se desenrola para que possamos caminhar rumo ao trono do Pai. É a lâmpada que brilha na escuridão do mundo taciturno e obstinado e em cujo resplendor se abrandam os tormentosos enigmas, conquistando nosso consentimento. A Palavra de Deus é, enfim, Ele mesmo, aquilo que há de mais vivo e íntimo em seu Ser: o Seu Filho Unigênito, Sua própria essência, enviada por Ele ao mundo para trazê-lo de volta para casa. E assim, Deus nos recomenda do céu a Sua Palavra, que se encontra na terra. “Eis o meu Filho muito amado, ouvi-o!” (Mt 17,5).

Somos golpeados pela vida e, exaustos, procuramos para nós um lugar de tranquilidade, de autenticidade, de alívio. Gostaríamos de nos recompor em Deus, abandonar-nos n'Ele, para ganhar novas forças e continuar vivendo. No entanto, nós não O procuramos onde Ele nos aguarda. Ou procuramos a Deus porque temos milhares de coisas para resolver, e achamos que, sem a sua solução não conseguiremos continuar a existir. Nós O enchemos de problemas, e exigimos informações, chaves e favores, e com isso esquecemos que Ele resolveu todas as questões em Sua Palavra, e nos comunicou tudo o que somos capazes de compreender nessa vida. Não escutamos onde Deus fala: lá onde a Palavra de Deus ressoou de uma forma tão única e definitiva no mundo, que é suficiente para todas as épocas e não se esgotará jamais. Ou achamos que já se passou tanto tempo desde que a Palavra de Deus ressoou na terra, que ela já estaria quase farta e estaria quase na hora de uma nova Palavra,

que teríamos o direito de exigir uma nova Palavra. E não nos damos conta de que nós é que somos os desgastados e distanciados, enquanto a Palavra continua ressoando com a mesma vivacidade e originalidade, e tão próxima de nós como sempre esteve. “A palavra está perto de ti, na tua boca e no teu coração” (Rm 10,8). Não compreendemos que, uma vez que a Palavra de Deus ressoou em meio ao mundo, na plenitude dos tempos, ela surgiu com uma força tal que todos são atingidos igualmente, de modo imediato, e ninguém foi desfavorecido por nenhum tipo de distanciamento, seja temporal ou físico. Certamente, algumas pessoas foram os interlocutores de Jesus em sua existência na terra e nós podemos invejar sua sorte, mas eles se comportaram, todavia, exatamente como nós ou qualquer outra pessoa teria feito: de um modo desajeitado e pouco hábil; enquanto ouvintes e interlocutores daquilo que Jesus realmente quis dizer, eles não tiveram nenhuma vantagem sobre nós; ao contrário: eles viam a aparência terrena da Palavra, e essa visão os impedia, em grande parte, de perceber a interioridade divina. “Felizes os que creem, mesmo sem ver”, que talvez creiam mais facilmente pois não veem. Também os discípulos só entenderam o verdadeiro sentido da Palavra após a Ressurreição, e mesmo ali muitos duvidaram e se mostraram confusos; somente após a Ascensão, em Pentecostes, quando o Espírito lhes explicou internamente aquilo que o Filho lhes havia mostrado exteriormente, é que eles verdadeiramente entenderam. Por essa razão, esses interlocutores terrenos de Jesus não se distinguem essencialmente dos demais. Eles simplesmente estavam onde qualquer um outro poderia ter estado, ou melhor: onde qualquer um, na verdade, está. Na passagem da Samaritana, Ele fala, certamente, com uma mulher, mas nela, ao mesmo tempo, com cada pecadora e com cada pecador. Não foi apenas para ela que Jesus sentou-se, cansado, na beira do poço: *quaerens me sedisti lassus!* Por isso, não é nenhum mero “exercício piedoso” quando, em espírito, me coloco ao lado daquela mulher, assumo o seu papel. E não é que eu apenas *posso* desempenhar o seu papel: eu *tenho* de desempenhá-lo. Na verdade, eu já estou envolvido nesse diálogo há muito tempo, sem consulta prévia. Eu sou essa alma ressequida, que caminha diariamente em busca da água terrena, pois nem sei mais sobre a água do céu, que é aquela que, de fato, busco; assim como ela, dou uma res-

posta obtusa e às cegas diante da oferta da fonte eterna, até o momento em que a Palavra me atinge mais duramente e me leva forçosamente à confissão dos pecados. Ainda assim, eu não consigo tampouco confessar de um modo perfeito, e preciso da ajuda do dom da Palavra (que é também Juiz), a fim de que – insondável misericórdia! – eu possa ser levado à justificação: “Tens razão em dizer que não tens marido. Tiveste cinco maridos, e o que agora tens não é teu marido. Nisso disseste a verdade!” (Jo 4,17-18). Seria, portanto, muito pouco se nos diálogos e encontros do Evangelho víssemos apenas “exemplos”, assim como em um livro de herói são apresentados exemplos de coragem que estimulam o jovem leitor a imitá-lo. Pois o Verbo que ali se fez carne para falar conosco em cada ocasião particular, abrange todas as ocasiões particulares; em cada pecador arrependido dirige-se a todos os pecadores; em cada mulher sentada aos seus pés para escutá-Lo fala para todos os ouvintes. Uma vez que é Deus quem fala aqui, não há nenhuma distância histórica de Sua Palavra, e, com isso, tampouco nenhuma conduta histórica em relação a Ele. Ao contrário, só é possível aquela perfeita imediatez da interpelação direta como as que experimentaram aqueles que O encontraram nas estradas da Palestina: “Tu, segue-me!”, “Vai e não peques mais!”, “A paz esteja convosco!”.

E, certamente, a Palavra revelada não caiu simplesmente do céu sobre a pessoa de Cristo, mas a corrente caudalosa e única, por assim dizer, alimentou-se de várias fontes já existentes: há uma preparação, uma espécie de *crescendo* até o pleno volume da voz divina no mundo: “Muitas e de diversos modos outrora falou Deus aos nossos pais pelos profetas. Ultimamente nos falou por seu Filho, que constituiu herdeiro universal, pelo qual criou todas as coisas” (Hb 1,1-2). Hoje, porém, após a corrente ter se tornado única, não podemos ver nas fontes senão precursores da corrente, para a qual se apressam, desembocando na plenitude dos tempos, na única Palavra que diz tudo. Não se pode acolher nenhuma palavra individual de Deus sem ouvir o Filho, que é a Palavra de Deus. Tampouco se pode vasculhar os escritos do Antigo e do Novo Testamento na esperança de encontrar algumas verdades se não se está disposto a um encontro direto com Ele, o Verbo pessoal, livre e soberano que se dirige a nós. “Vós perscrutais as Escrituras, julgando encontrar

nelas a vida eterna. Pois bem! São elas mesmas que dão testemunho de mim. Mas não quereis vir a mim para que tenhais a vida. Pois se crêsseis em Moisés, certamente creríeis em mim, pois ele escreveu a meu respeito. Mas, se não acreditais nos seus escritos, como acreditareis nas minhas palavras?” (Jo 5,39-40; 46-47). Como ponto focal da revelação, Ele reúne em Si mesmo todas as palavras de Deus espalhadas no mundo. Por Ele, Deus “criou todas as coisas”, afirma Paulo, mostrando com isso que, não apenas os “diversos modos” de falar, da Antiga Aliança, mas também aquelas palavras disseminadas e balbuciadas no mundo, as palavras do macrocosmos e do microcosmos da natureza, todas elas, enfim, em múltiplas formas, pertencem à Palavra única, viva e eterna, que se fez carne para o nosso bem; são inteiramente propriedade Sua, e por isso mesmo são por Ele governadas e devem ser interpretadas única e exclusivamente sob Sua orientação. Todas elas só podem ser ouvidas e compreendidas sob essa orientação; nenhuma delas pode se desvincular do Verbo divino, para vir a ser uma palavra autônoma, nem mesmo aquela palavra usada como objeção a esse Verbo. “Aquele que não está comigo está contra mim; quem não recolhe comigo, espalha”. Nas cabeceiras da história havia a possibilidade de ir ao encontro da grande corrente através de riachos isolados. Era possível acolher a multiplicidade e variedade das palavras da promessa como uma abertura e fê tais, que o caminho se abria para que os ouvintes fossem levados em direção à unidade. Agora, uma vez que o Filho surgiu, o crente tem de ouvir a diversidade a partir da unidade. Ele tem sempre de se reportar ao centro para ser daí enviado às periferias da história e da natureza e sua confusão e profusão de linguagens. No centro, ele é interpelado, no centro chega até ele o anúncio decisivo: qual é a verdade de sua vida, o que Deus deseja e espera dele, o que ele pode desejar e o que deve evitar no serviço à Palavra de Deus. Daí a necessidade de se fazer um ouvinte da Palavra.

Façamos uma avaliação mais profunda, agora em uma perspectiva mais ligada ao homem: “Tudo”, afirma João, “foi feito por ele. Nele havia vida, e a vida era a luz dos homens” (Jo 1,3-4). O fato de termos sido criados no Verbo, junto com todas as criaturas, não significa apenas uma relação de origem, de procedência, mas algo permanente, uma consistência essencial, assim como se manifestou e visivelmente se realizou

onde Deus-Filho, o Verbo encarnado, reuniu em Si todas as coisas da terra e do céu (Ef 1,10), incorporando em Seu Corpo místico todos os que desejam, infundindo o Seu sangue em todos os ramos da Videira mística. A “vida” que está na Palavra não é a centelha passageira que os filhos de Adão abrigam em si. Ela é a vida verdadeira, completa e definitiva: “eu lhes darei a vida eterna (...) eu vim para que as ovelhas tenham vida, e para que a tenham em abundância” (Jo 10,28.10). Porém, Ele não é essa vida apenas como um mero canal, mas corporalmente (“Eu sou a vida”, Jo 11,25; 14,6), e assim, não apenas como um mero princípio, mas pessoal, espiritual e livremente. E é enquanto esse princípio livre e soberano que Ele é “a luz dos homens”. Estes não controlam essa luz, como fariam se ela fosse um simples princípio vital, algo como uma seiva que subisse, indiferente às raízes da eternidade, rumo às ramificações das almas individuais, para então nelas se diferenciar – de acordo com natureza de cada ramo. Muitos imaginam a graça como uma espécie de vida anônima e sem rosto que se pode conservar em si, e inclusive com uma atitude adequada também ser “incrementada”, da mesma forma com que se eleva o nível da água represando-a, ou se aumenta uma fortuna com uma boa economia. Mas nesse exercício de imaginação não há espaço para a liberdade da Luz, que não se comporta jamais como a “luz da razão” iluminista, a luz da razão humana e natural. Esta última existe sempre, e continuará existindo no Paraíso: enquanto existirem homens, sempre se poderá contar com ela. Ela não possui propriamente um centro, mas permeia difusamente tudo o que é humano. A “verdadeira luz” (Jo 1,9), porém, sem a qual qualquer luz difusa se tornaria ilusória, é sempre livre em seu brilhar. “Ainda por pouco tempo a luz estará em vosso meio. Andai enquanto tendes a luz (...)” (Jo 12,35). Do contrário, ela não seria a Palavra, que é Deus, Pessoa e Filho, Senhor de todos os que foram “n’Ele criados”. Se quisermos viver em Sua luz, temos então de escutar Sua Palavra, que é sempre pessoal e nova, porque sempre livre. É impossível deduzir essa Palavra de alguma outra preexistente, previamente conhecida e armazenada: ela flui sempre fresca da fonte da liberdade soberana e absoluta. A Palavra de Deus pode hoje exigir de mim algo que ontem ainda não havia exigido, e para que eu possa escutar essa exigência tenho de estar fundamentalmente aberto, ser todo

ouvidos. Pois não há relação mais íntima e mais radicada no ser do que a relação entre o homem abençoado e o Senhor que o abençoou, entre Cabeça e Corpo, vinha e ramos. Mas esse enraizamento no ser, que nos é comunicado principalmente pelos sacramentos, só pode se estabelecer e se impor se houver ao mesmo tempo uma disposição espiritual para ouvir, seguir e aceitar, ou seja, se do lado do homem houver uma prontidão para viver assim na esfera da liberdade da Palavra. Não se trata, com isso, apenas daquilo que se costuma chamar de “vida moral”, ou mesmo da vida de acordo com os “mandamentos cristãos”, mas daquele centro ardente que constitui o centro e a justificação de toda a moralidade, sem o qual ela forçosamente esfriaria e em pouco tempo se degeneraria em um farisaísmo: trata-se do encontro sempre vivo com o Deus que nos interpela em sua Palavra, cujos “olhos, como chamas de fogo”, nos penetram e purificam (Ap 1,14), cuja ordem nos convoca a uma nova obediência e nos instrui hoje como se até então não soubéssemos de nada, e cujo poder nos envia novamente ao mundo, em missão.

Fora dessa obediência à livre Palavra de Deus nele mesmo, o homem não consegue corresponder à ideia que Deus-Pai tinha dele na Criação. O que quer que o homem ainda possa ser, para além dessa relação mais íntima e pessoal, enquanto corpo e alma, não poderia passar de um tronco, um tórax humano – ou nem sequer isso –, pois apesar de faltarem os membros em um tórax, aquilo que nele existe pode ser perfeito em si mesmo. O homem, ao contrário, não consegue ser perfeito em nenhum aspecto sem aquela relação plenificante. Corpo e alma foram criados para essa plenitude, a aura de nobreza que envolve a natureza provém daqui. O homem é o ser criado essencialmente como o ouvinte da Palavra, e que se eleva à sua própria dignidade na resposta a essa Palavra. Em seu núcleo mais íntimo ele foi pensado como um ser dialógico. Sua razão está provida de luz própria, perfeitamente adequada à sua necessidade, àquilo que ele precisa para acolher o Deus que o interpela. Sua vontade é superior a qualquer instinto e aberta a todos os bens na medida exata para que ele possa seguir, sem coação, a atração dos bens mais beatificantes. O homem é o ser com um mistério no coração maior do que ele mesmo. É como um tabernáculo construído em torno de um mistério sagrado. Ele não precisa abrir sua intimidade mais pro-

funda artificialmente quando a Palavra de Deus deseja nela habitar. Essa intimidade é prontidão, escuta, receptividade e vontade de se entregar a algo maior, de admitir a verdade mais profunda, de se render diante do amor mais constante. Certamente essa santidade se encontra, no pecador, abandonada e esquecida, obstruída e transformada em um túmulo ou um sótão, e é então necessário um esforço – justamente aquele da oração contemplativa – para limpá-lo e torná-lo habitável ao seu santo Hóspede. Não é necessário, porém, construí-lo. Ele já existe; e sempre esteve no centro vital do homem.

Por essa razão, essa inefável relação do homem com a Palavra de Deus é sempre duas coisas em uma – para a inesgotável felicidade e maravilhamento de todos os orantes –: a entrada do “eu” mais íntimo e a saída desse “eu” em direção ao “Tu” altíssimo. Deus não é o Tu como se fosse simplesmente um outro eu estranho a mim, que está diante de mim. Ele está no meu “eu”, mas também acima dele; e porque está acima dele, como o “Eu” absoluto, Ele é o fundamento mais profundo do eu humano, “mais íntimo a mim do que eu mesmo”. E porque consegue estar tão intimamente dentro dele, é maior que o eu humano; Sua unidade permanece acima do número, inclusive do número um. Assim como o ser criado só pode ser pensado como um todo em uma dependência do Eterno, e por este habitado, assim também o “eu” criado de uma maneira especial (à *analogia entis* corresponde, em seu caso supremo, uma *analogia personalitatis*). Assim como a parte ama o todo mais que a si mesma, e se ama a si mesma ao máximo quando se ama no todo, e não em sua particularidade, o “eu” criado se ama e se afirma de modo mais profundo quando ama o “Eu” de Deus, absoluto, que se abre livremente a ele na Palavra, quando não recebe a Palavra de Deus como uma verdade estranha diante de si – heterônoma –, mas como sua verdade mais própria e mais íntima, que só está tão profundamente, tanto nele quanto em Deus, para que o “eu” não consiga descobri-la por si mesmo. E, no entanto, o Deus que, em mim, a mim interpela, é qualquer coisa menos o “meu melhor eu”, ou o mundo “arquetípico” no fundamento de minha alma, ou qualquer outra coisa da natureza que possa ser fundamentada ou encaixada em suas estruturas e possibilidades. Deus permanece o Soberano, que elege, escolhe e dispõe de acordo com Sua vontade, e nada

no homem lhe permite prever com segurança como uma determinada palavra irá soar para uma determinada pessoa em um determinado momento da vida. O homem jamais consegue adivinhar o objetivo de sua vida nem a vontade de Deus apenas a partir de sua natureza. Isso seria o mesmo que exigir da serva algo que somente o seu senhor pode oferecer. “Como os olhos dos servos estão fixos nas mãos de seus senhores, como os olhos das servas estão fixos nas mãos de suas senhoras, assim os nossos olhos estão voltados para o Senhor, nosso Deus” (Sl 122,2).

Esse olhar é a contemplação. É uma visão voltada para a profundidade da alma, mas justamente por isso, para fora da alma, para Deus, que está acima dela. Quanto mais ela encontra a Deus, mais se esquece de si mesma, e, todavia, encontra a si mesma n’Ele. É um “olhar” fixo, que, no entanto, é sempre e até o fim um “ouvir”, pois aquilo que é olhado é a Pessoa mais livre, a Pessoa infinita, que consegue se doar a Si mesma sempre e renovadamente. Por isso, a Palavra de Deus não é jamais algo concluído, como uma paisagem limitada, que pode ser observada como um todo, mas algo sempre novo que vem, como a água de uma fonte, ou os raios de uma luz. “E assim, não basta manter o “olhar” e “conhecer os testemunhos de Deus”, se não se toma e se bebe constantemente da fonte da luz eterna” (Santo Agostinho, En. In Sl 118, XXVI, 6). Isso é perfeitamente claro para aquele que está amando; o rosto e a voz da amada são para ele algo tão novo a cada instante, que parece nunca tê-la visto antes. O Ser de Deus, porém, que nos é revelado em Sua Palavra, não é algo sempre novo apenas aos olhos dos apaixonados, mas em Si mesmo, a Maravilha com que nenhum serafim ou nenhum santo consegue “se acostumar” por toda a eternidade, em Sua objetividade suprema, em que alguém, ao contrário, quanto mais contempla, mais deseja contemplar. É a visão da plenitude, em direção à qual a natureza como um todo tende, enquanto promessa. Se ela vê e ouve a Deus, experimenta o gozo mais beatificante se realizar em si mesma, mas por algo que é infinitamente maior do que ela própria e por isso a realiza e abençoa.

Na medida em que permanecemos sob a lei do pecado, essa plenitude conservará sempre um traço doloroso. Temos que renunciar às nossas coisas, pois elas ocupam o espaço que Deus requer em nós. E a Palavra possui um caráter combativo: ela tem de conquistar Seu lugar em nós

como “espada” e “fogo” – suas características mais peculiares –, sem o que não pode existir de fato. Por isso, na medida em que vivemos nesse mundo ela nos parece vir mais de fora do que de dentro, uma Palavra mais “ouvida” do que “vista”; e relegamos a “visão” para o além, quando a tensão entre a Palavra e o seu ouvinte terá sido superada. E assim se tem interpretado a contemplação desde sempre na Igreja, uma vez que ela é a “visão” da verdade divina, como uma espécie de antecipação da bem-aventurança eterna que vem. Essa distinção, no entanto, só é válida parcialmente. Mesmo na Eternidade, Deus não cessará de ser nossa plenitude na mais livre autoentrega, de forma que nós, enquanto videntes de Deus, jamais deixaremos de depender da Palavra que sai de Sua boca, jamais deixaremos de ser Seus ouvintes. E tampouco aqui na terra precisamos escutar a Palavra como se fosse algo de estranho, algo de “diferente” aos nossos ouvidos e não o que, na verdade, é: aquilo que temos de mais próprio, de mais íntimo e próximo, a *minha* verdade como verdade de mim, sobre mim; aquela Palavra que me revela a mim mesmo, doando-me a mim mesmo. Nessa Palavra, com efeito, fomos criados; n’Ela está, portanto, toda a nossa verdade, nossa concepção, tão incredivelmente grande e santificadora, que jamais teríamos imaginado ou considerado possível. Na Palavra de Deus nós encontramos essa concepção, essa ideia, mas apenas n’Ela, de fato. E não podemos nos desvincular d’Ela e levá-La para casa. Apenas n’Ela somos verdadeiros, apenas na medida em que somos ramos da Sua videira e nos deixamos formar e determinar por Sua vida soberana. Apenas Ela pode nos dizer o que somos, na verdade, e basta que Ela diga à Madalena, que chorava diante do túmulo: “Maria!”. Esse nome próprio pronunciado pelos lábios da Vida eterna é a verdadeira concepção do homem: é o verdadeiro “eu” doado e consignado ao crente por pura graça e remissão dos pecados pela força dominadora do amor, que por sua natureza tudo reivindica e de tudo se apropria. Fora desse amor nada se pode compreender no homem.

A Palavra com que Deus se dirige a nós pressupõe uma Palavra de Deus em nós, uma vez que fomos criados na Palavra e não podemos nos desvincular d’Ela. Ela é Palavra em nós em um novo nível na medida em que, para nos alcançar novamente, a nós que nos encontramos distantes e mergulhados na carne, assumiu carne da nossa carne, e passou então a se

comunicar a nós na forma dupla de Palavra e carne, de Sagrada Escritura e Eucaristia, de Verdade espiritual e substancial. Na Eucaristia (e em todos os sacramentos da Igreja, e na Igreja como um todo, enquanto sacramento total) somos ontologicamente incorporados ao Verbo encarnado; estamos, como Paulo constantemente repete, “em Cristo”, nosso espaço vital. No encontro manifesto com a Palavra enquanto tal: na Escritura, na pregação, na doutrina da Igreja, e, acima de tudo, na contemplação ela se encontra em Sua liberdade e espiritualidade soberanas, despercebida em Sua extrema proximidade e silenciosa intimidade. Quem, enquanto cristão na Igreja, vive objetiva e sacramentalmente na Palavra, tem também, obrigatoriamente, de escutar a Palavra: Eucaristia exige contemplação. A existência como tabernáculo exige a existência como ouvinte da Palavra. Se abrigamos a Palavra em nós, temos de ouvir a Palavra acima de nós.

Desse modo tudo aponta, aqui, para o cristão perfeito, que se vê como ouvinte e colo da Palavra de Deus, lugar de cumprimento da Palavra de Deus: “Eis a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra”. Maria é o “modelo da Igreja”, pois é sua imagem em ambas as coisas: lugar da moradia ontológica e física da Palavra, chegando à intimidade da carne única, compartilhada entre Mãe e Filho; tudo isso, porém, a partir do espírito de servidão da pessoa como um todo, corpo e alma, que não conhece uma lei própria, mas apenas a conformidade com a Palavra de Deus. Porque ela é virgem, isto é, uma ouvinte pura e exclusiva da Palavra, ela se torna Mãe, lugar da encarnação da Palavra. Bem-aventurados “os peitos” que O amamentaram: apenas porque ela “escutou a Palavra e a seguiu” (Lc 11,27), porque “conservava todas essas palavras, meditando-as no seu coração” (Lc 2,19.51). Toda contemplação tem de olhar sempre para Maria, para se proteger contra um duplo perigo: contemplar a Palavra como algo meramente exterior e não como o mistério mais profundo do nosso centro, aquilo em que vivemos, nos movemos e somos; e, por outro lado, contemplar a Palavra como algo tão interior que a confundimos com o nosso próprio ser, com uma sabedoria que já nos foi dada de uma vez por todas, e que nos foi comunicada naturalmente.

O primeiro perigo é aquele do protestantismo, que possui uma viva noção do “ser-palavra” (*Wortsein*) da revelação, ocupando-se constantemente com essa palavra. E falta muitas vezes, no entanto, a esse